

## **Estudo Técnico:**

# **Evolução do ICMS no Estado do Rio Grande do Norte no período 2000-2013**

**Abril 2013**

## **1. APRESENTAÇÃO**

O nível de concentração espacial de renda no Brasil pode ser visto por diversos prismas. A arrecadação do ICMS também possibilita essa visão. Os dez estados com maiores arrecadações desse tributo detêm juntos, 80,63%, em média, do total recolhido no País, em 2013, como se verá mais adiante. Pelas contas regionais de 2011 (IBGE), a economia desses dez estados corresponde a 80,7% do PIB brasileiro. O grupo inclui todos os estados do Sul e do Sudeste, Bahia, Pernambuco e Goiás<sup>1</sup>.

Segundo dados do Ministério da Fazenda o ICMS é o principal imposto do país, porque sua receita de R\$ 368,9 bilhões, em 2013, é maior que a do Imposto de Renda e equivale a 7,6% do PIB brasileiro; o Imposto de Renda arrecadou R\$ 300 bilhões e representou 6,2% do PIB.

O presente estudo tem por objetivo analisar a evolução na arrecadação do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – do Estado do Rio Grande do Norte no período entre 2000 e 2013.

As informações analisadas foram obtidas junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária<sup>2</sup> (CONFAZ) do Ministério da Fazenda, e deflacionados pelo IPCA-IBGE.

## **2. A EVOLUÇÃO DO ICMS NO RIO GRANDE DO NORTE**

### **2.1 A importância da arrecadação do Rio Grande do Norte no conjunto do país**

Os dados da arrecadação coletados e elaborados para este estudo são igualmente importantes para descrever e analisar de forma clara o que ocorreu nos últimos anos. As regiões Norte e Nordeste foram as mais beneficiadas com a aposta no mercado interno; aliada as transferências de renda, acesso ao crédito, aumento do emprego e do salário mínimo porque ampliaram os níveis de consumo através da renda disponível. No Sul e Sudeste o impacto foi menor porque nessas regiões os níveis de consumo já eram maiores.

Ao analisar os dados da arrecadação do ICMS no país, observa-se a perda de participação da região Sudeste, de 59,72% para 53,67%, no total arrecadado entre 2000 e 2013, como mostra o Gráfico 1. Por outro lado, a região Nordeste aumentou sua participação, de 13,51% para 15,55% do total arrecadado de ICMS nesse período, aproximando-se da participação da região Sul, 15,94%, em 2013. As regiões Norte e Centro Oeste, também, tiveram sua participação elevada, de 4,37% para 5,98% e 7,24% para 8,85%, respectivamente.

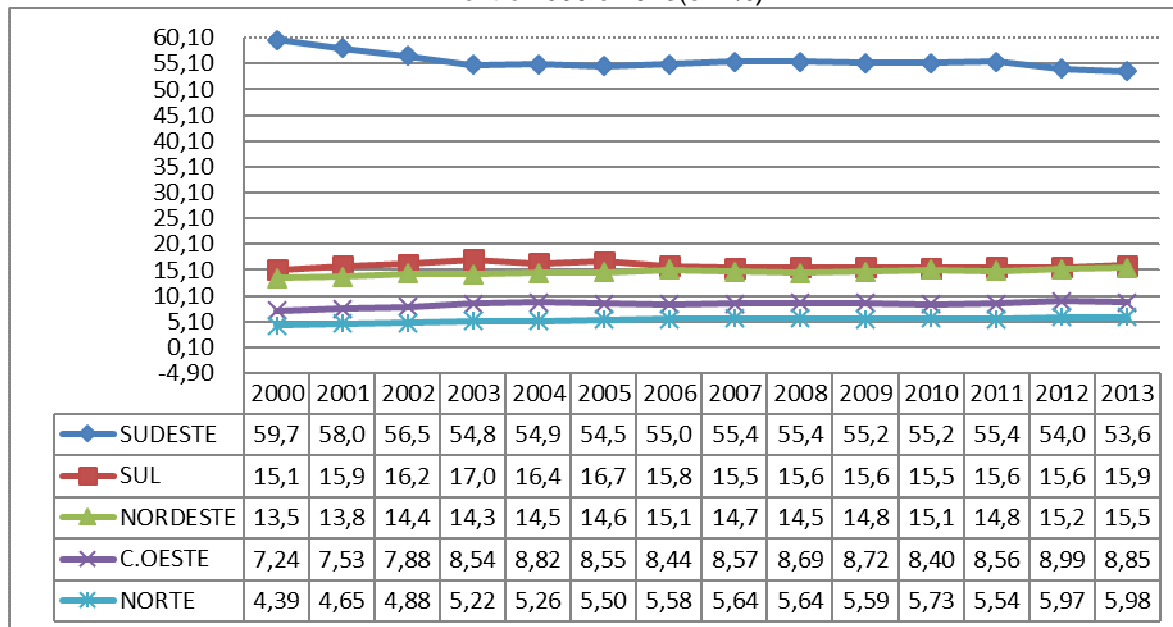
---

<sup>1</sup> Pelas contas regionais de 2009, o Distrito Federal entraria no grupo dos dez maiores PIB estaduais, ocupando a 7ª posição deslocando o estado do Espírito Santo, que passa a ocupar a 11ª posição.

<sup>2</sup> Os valores incompletos de alguns estados no banco de dados do CONFAZ foram ajustados com base nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária das unidades federadas.

Em termos absolutos, corrigidos pelo IPCA-IBGE, o total arrecadado no país passou de R\$ 191 bilhões em 2000 para R\$ 368,9 bilhões em 2013, aumento real de 93,09% no período.

**GRÁFICO 1**  
Participação na Arrecadação do ICMS no Brasil, por grandes regiões, entre 2000 e 2013(em %)



Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, Relatórios Resumidos de Execuções Orçamentárias de unidades federadas  
Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte.

No Brasil, tanto o desenvolvimento econômico (incluindo os diversos setores industriais e a agricultura moderna) como o poder político se localizam, cumulativamente, na mesma área, o Sudeste e Sul, onde se associam nas grandes e médias cidades, todos os tipos de atividade econômica.

Os Estados das regiões Sudeste e Sul, acrescido de Bahia e Pernambuco (região Nordeste), e Goiás (Centro-Oeste) em 2013, situavam-se entre os 10 primeiros do ranking com maiores arrecadações. Juntos, concentravam 80,63% do total arrecadado com ICMS no Brasil, sendo São Paulo responsável sozinho por 32,96% do total, seguido por Minas Gerais com 9,74% e Rio de Janeiro com 8,58%. Em 2000, representavam 84,47% da arrecadação do tributo, e São Paulo concentrava 38,69%, seguido por Minas Gerais (9,97%) e Rio de Janeiro (9,69%). Ver Tabela 1

Já com relação aos dez estados que apresentaram crescimento expressivo de arrecadação no período analisado, destacam-se as unidades federadas das regiões Norte e Nordeste e Centro Oeste. Amapá com 242,6%, Acre com 219,4%, Maranhão, com 206,8%, Pará com 199,1%, Mato Grosso do Sul com 178,3%, Piauí com 174,7%, Tocantins com 166,6%, Goiás com 143,6%, Pernambuco com 141% e Rondônia com 136,3%, foram os estados com maiores variações, entre 2000 e 2013, com destaque para os três primeiros que dobraram a arrecadação de ICMS no período. Por outro lado, o Rio Grande do Sul

(88,0%), Rio de Janeiro (70,9%) e São Paulo (64,5%), foram os estados com desempenho abaixo da média nacional que foi de 93,09% de crescimento na arrecadação de ICMS.

A participação da arrecadação de ICMS do Rio Grande do Norte no total geral era de 0,94%, em 2000, e passa para 1,09%, em 2013. Nesse período o crescimento real da arrecadação do tributo foi 124,84% (em valores de 2013).

**TABELA 1**

Participação das Unidades da Federação por Arrecadação de ICMS e Variação Real entre 2000 e 2013

	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>93,09</b>
<b>BRASIL</b>			
São Paulo	38,69	32,96	64,48
Minas Gerais	8,97	9,74	109,77
Rio de Janeiro	9,69	8,58	70,91
Rio Grande do Sul	6,70	6,52	88,00
Paraná	5,17	5,63	110,27
Bahia	4,46	4,56	97,31
Santa Catarina	3,27	3,80	124,26
Goiás	2,61	3,29	143,64
Pernambuco	2,54	3,17	141,02
Espírito Santo	2,38	2,38	94,80
Ceará	2,22	2,36	105,65
Pará	1,40	2,18	199,08
Amazonas	1,67	2,03	135,18
Mato Grosso	1,68	2,02	132,32
Mato Grosso do Sul	1,28	1,84	178,33
Distrito Federal	1,68	1,70	95,47
Maranhão	0,75	1,19	206,77
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>0,94</b>	<b>1,09</b>	<b>124,84</b>
Paraíba	0,87	1,03	127,09
Rondônia	0,61	0,75	136,26
Alagoas	0,64	0,74	123,39
Piauí	0,51	0,73	174,67
Sergipe	0,58	0,69	126,76
Tocantins	0,33	0,46	166,57
Acre	0,13	0,22	219,42
Amapá	0,12	0,21	242,60
Roraima	0,13	0,14	113,88
<b>Norte</b>	<b>4,39</b>	<b>5,98</b>	<b>162,96</b>
<b>Nordeste</b>	<b>13,51</b>	<b>15,55</b>	<b>122,22</b>
<b>Centro Oeste</b>	<b>7,24</b>	<b>8,85</b>	<b>135,97</b>
<b>Sul</b>	<b>15,13</b>	<b>15,94</b>	<b>103,44</b>
<b>Sudeste</b>	<b>59,72</b>	<b>53,67</b>	<b>73,53</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, Relatórios Resumidos de Execuções Orçamentárias de unidades federadas  
 Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte  
 \* Deflator: IPCA-IBGE

## **2.2 Arrecadação e PIB**

O ICMS é o principal tributo dos estados brasileiros, representando, em média, 85% da Receita Tributária dos Estados<sup>3</sup>. Além disso, é um imposto que está diretamente ligado ao intercâmbio econômico e à atividade produtiva. Assim, cabe fazer uma comparação das Receitas Tributárias de ICMS com o PIB dos Estados<sup>4</sup>

Analisando os 26 estados brasileiros e o distrito federal, verifica-se que, em média, o ICMS estadual representava 7,2%, em 2000; 7,8%, em 2006, e 8,1%, em 2013 do seu PIB.

. Os dados da arrecadação do ICMS no país como fração do PIB mostram que as 10 unidades da federação com maiores taxas de participação do ICMS sobre o produto, em 2013, foram: Mato Grosso do Sul (11,81%), Amazonas (9,93%), Pernambuco (9,61%), Rio Grande do Norte (9,57%), Goiás (9,34%), Piauí (9,32%), Paraíba (9,15%), Bahia (9,02%), Mato Grosso (8,94%) e Rondônia (8,51%). Todos os estados estão situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como mostra o Gráfico abaixo.

A arrecadação de ICMS no Rio Grande do Norte destaca-se como proporção do PIB entre os estados brasileiros por ser a quarta colocada no ranking, em 2013. Em 2000, o montante arrecadado de ICMS foi equivalente a 8,68% do PIB, o que significou a quarta colocação. Em 2006, a taxa de participação alcançou 9,31%, mas, caiu uma posição no ranking e atingiu o quinto lugar. Para 2013 estima-se uma taxa de participação do ICMS arrecadado de 9,57% em relação ao PIB. Ver Gráfico abaixo.

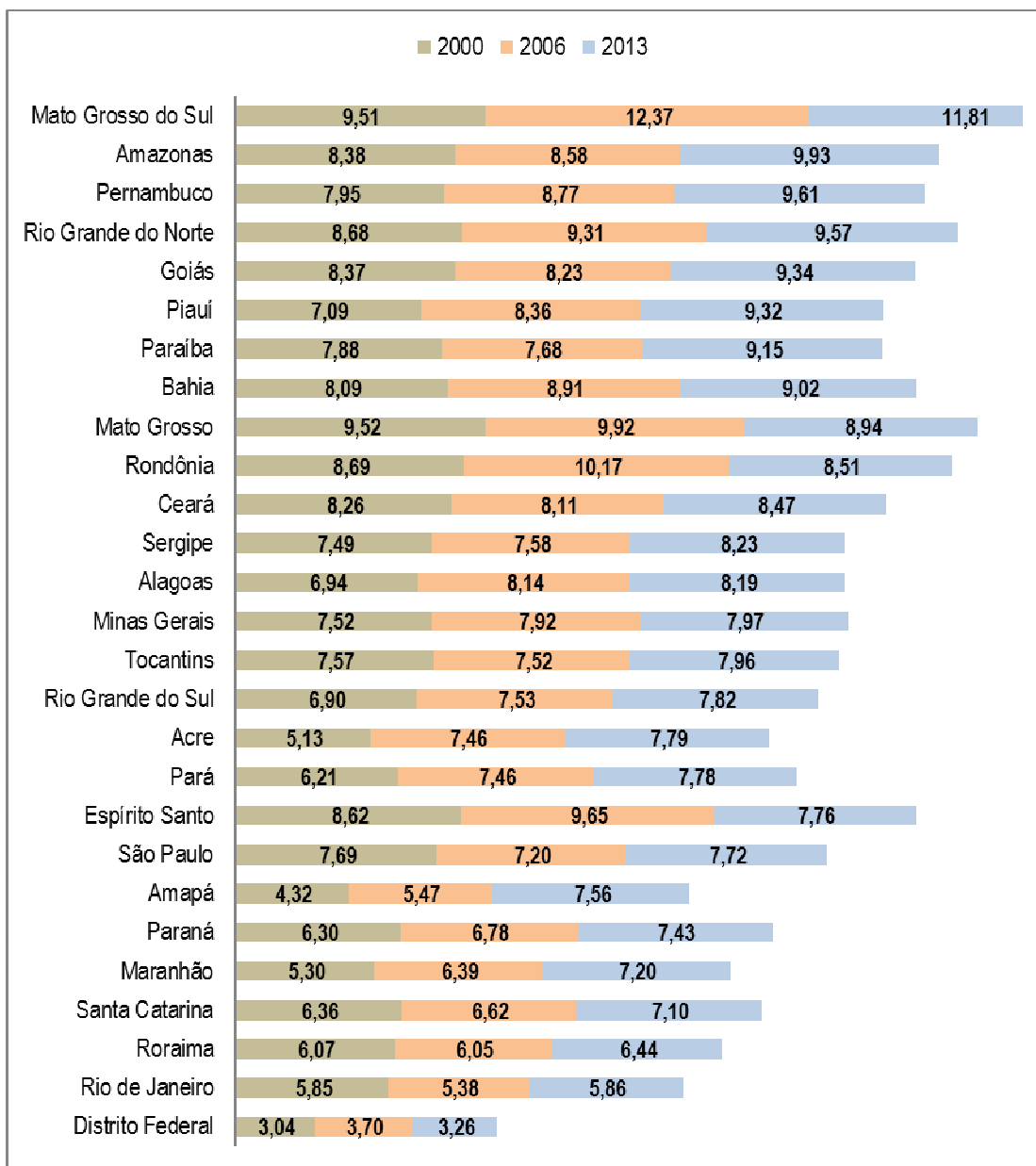
---

<sup>3</sup> Tesouro Nacional, 2008

<sup>4</sup> Para fazer esta análise, serão usados dados do CONFAZ para o ICMS estadual e do IBGE para o PIB dos estados. Nos casos das unidades federadas sem disponibilidade do PIB para os anos de 2012 e 2013, utilizou-se a proporção média dos estados como fatia do produto nos últimos anos.

**GRÁFICO 2**

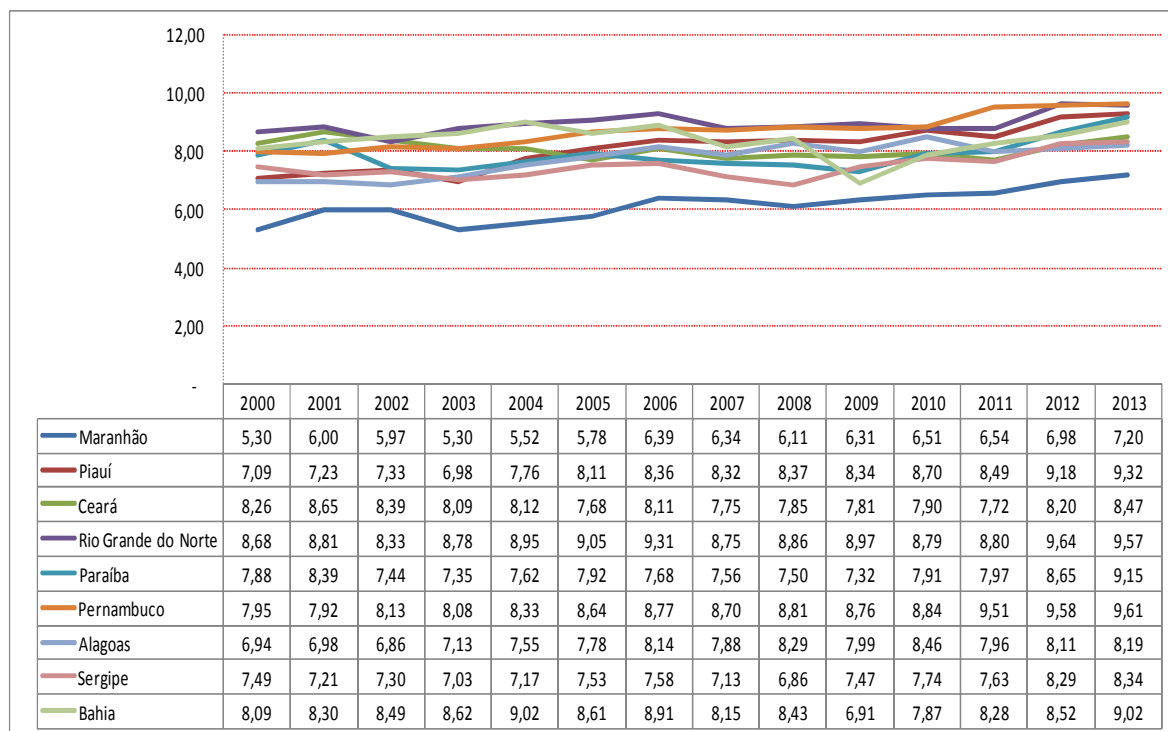
Participação na Arrecadação do ICMS no PIB estadual, por unidades da federação, 2000, 2006 e 2013 (em %)



Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, Relatórios Resumidos de Execuções Orçamentárias de unidades federadas IBGE (contas nacionais).  
Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte

Quando comparamos o Rio Grande do Norte com os estados do Nordeste, que são economias mais ou menos semelhantes e com mais ou menos o mesmo estágio de desenvolvimento, verificamos que a relação ICMS / PIB do RN é a segunda mais alta: 9,57% em 2013. Neste mesmo ano, Maranhão obteve a razão de 7,2%, (mais baixa) e Pernambuco 9,61% (mais alta)

**GRÁFICO 3**  
Participação na Arrecadação do ICMS no PIB estadual por estados nordestinos  
entre 2000 e 2013 (em %)



Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, RREOs e IBGE (contas nacionais).  
Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte

Analisando a evolução da participação do ICMS no PIB dos estados do Nordeste verifica-se que todos os estados apresentam uma tendência de crescimento desta participação. Nesta região, o Estado que apresentou o maior crescimento real, entre 2000 e 2013, foi o Maranhão com 206,8%, Piauí com 174,7%, Pernambuco com 141,0%, Paraíba com 127,1%, Sergipe com 126,8%, Rio Grande do Norte com 124,8%, Alagoas com 123,4%, Ceará com 105,6% e Bahia com 97,3%.

O estado do Rio Grande do Norte, em 2000, tinha a maior relação ICMS/PIB entre os estados nordestinos, 8,68%, e Pernambuco era o quarto (7,95%). Em 2013, o Rio Grande do Norte alcança 9,57% e Pernambuco à marca de 9,61%.

O Maranhão sempre teve a menor relação ICMS / PIB entre os estados nordestinos. Em 2000 era de apenas 5,3%, chegando, em 2013, a 7,20%. Muito embora, tenha apresentado o segundo maior crescimento desta participação: 1,9 pontos percentuais no período; o maior foi o Piauí com 2,2 pontos percentuais.

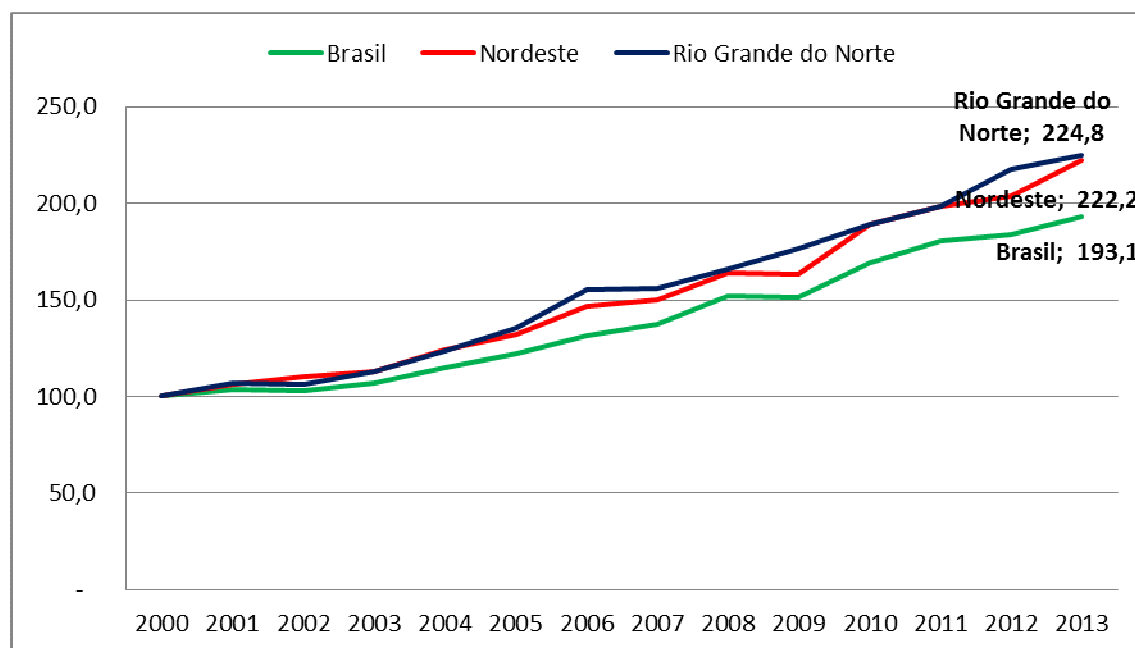
## 2.3 Arrecadação de ICMS do Rio Grande do Norte e região Nordeste

O total da arrecadação de ICMS no Brasil cresceu a uma taxa média de 5,19% entre 2000 e 2013, acumulando uma expansão de 93,19% nos últimos treze anos. A elevação da disponibilidade de renda e o aquecimento do mercado doméstico trouxeram bom desempenho no recolhimento do ICMS em todos os Estados. O Rio Grande do Norte (15ª colocação) cresceu 124,8% no período, o que significou uma taxa média anual de 6,43%, acima da região Nordeste (122,2%) e do Brasil (93,1%).

O ICMS do Nordeste cresceu acima do montante do Brasil, em função do volume de recursos em investimentos em infraestrutura que compensaram os fatores conjunturais associados à indústria; ampliação do poder de compra interno promovida pela incorporação de novos contingentes populacionais ao mercado de consumo, e ainda por conta da melhora e modernização da fiscalização em todos os estados.

**GRÁFICO 4**

Evolução do crescimento real do ICMS no Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte entre 2000 e 2013 (em %)



Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, Relatórios Resumidos de Execuções Orçamentárias de unidades federadas  
Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte  
\* Deflator: IPCA-IBGE

## 3. ICMS Per Capita por Unidades da Federação

Dando ênfase ao fato de que o ICMS é expressivo nos estados brasileiros e para corroborar a sua evolução positiva, neste item são apresentados dados sobre o ICMS per capita de 2000 e 2013.



No período de 2000 a 2013, os estados que apresentaram as menores variações de arrecadação do ICMS *per capita* do Brasil, foram Espírito Santo (51,24%), Rio de Janeiro (45,48%), Distrito Federal (41,29%), São Paulo (36,93%) e Roraima (19,7%), abaixo da variação real da média de todos os estados (59,52%).

Quanto aos estados com maiores variações destacam-se: Maranhão (147,43%), Piauí (137,51%), Pará (124,50%), Acre (123,52%), Mato Grosso do Sul (121,37%), Amapá (113,85%), Tocantins (109,57%) e Pernambuco (99,92%).

Já no Estado do Rio Grande do Norte a variação foi de 78,91%; crescimento acima da média do Brasil (59,52%). Quanto aos valores, ocupa o 15º lugar em termos de ICMS por habitante com R\$ 1.195.

**Tabela 2**

Variação do CMS per capita por unidades federativas – 2000 e 2013 (em R\$ de 2013)

UF	2000	2013	Varição Real (%)
MA	R\$ 261	R\$ 646	147,43
PI	R\$ 354	R\$ 841	137,51
PA	R\$ 447	R\$ 1.003	124,50
AC	R\$ 462	R\$ 1.033	123,52
MS	R\$ 1.186	R\$ 2.625	121,37
AP	R\$ 503	R\$ 1.077	113,85
TO	R\$ 542	R\$ 1.136	109,57
PE	R\$ 636	R\$ 1.272	99,92
PB	R\$ 491	R\$ 968	97,11
GO	R\$ 1.006	R\$ 1.886	87,58
AL	R\$ 446	R\$ 827	85,32
PR	R\$ 1.040	R\$ 1.887	81,50
RO	R\$ 889	R\$ 1.601	80,13
SE	R\$ 638	R\$ 1.146	79,77
<b>RN</b>	<b>R\$ 668</b>	<b>R\$ 1.195</b>	<b>78,91</b>
MG	R\$ 980	R\$ 1.746	78,18
MT	R\$ 1.326	R\$ 2.343	76,65
SC	R\$ 1.209	R\$ 2.112	74,72
BA	R\$ 649	R\$ 1.119	72,27
RS	R\$ 1.270	R\$ 2.155	69,70
CE	R\$ 588	R\$ 992	68,67
AM	R\$ 1.205	R\$ 1.966	63,12
ES	R\$ 1.524	R\$ 2.305	51,24
RJ	R\$ 1.329	R\$ 1.933	45,48
DF	R\$ 1.590	R\$ 2.247	41,29
SP	R\$ 2.034	R\$ 2.785	36,93
RR	R\$ 895	R\$ 1.071	19,70
<b>BR</b>	<b>R\$ 1.150</b>	<b>R\$ 1.835</b>	<b>59,52</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, Relatórios Resumidos de Execuções Orçamentárias de unidades federadas.

Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte

Deflator: IPCA-IBGE

#### 4. O comportamento da arrecadação do ICMS do Rio Grande do Norte por Setor de Atividade

Ao analisar a receita tributária do estado do Rio Grande do Norte, observa-se, na Tabela 2, que o ICMS é a maior fonte de arrecadação tributária, ainda que tenha apresentado queda em sua participação relativa, principalmente perante o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. O ICMS representou cerca de 81,7% do total da receita tributária do estado, ante 13,1% do IPVA em 2013 (Gráfico 6). Nesse aspecto, vale destacar que a participação do IPVA, por ser um imposto sobre a propriedade/estoque, tende a crescer em períodos de menor atividade econômica em comparação ao ICMS, por ser este um imposto sobre circulação/fluxo, como pode ser observado em 2009.

Em termos absolutos, a receita originada do ICMS passou de R\$ 1,7 bilhão em 2000 para R\$ 4 bilhões em 2013, crescimento real de 124,84%. Já a arrecadação oriunda do IPVA passou de R\$ 74 milhões em 2000 para R\$ 227 milhões em 2013, crescimento real de 204% (tabela 2).

Observando apenas o período entre 2010 e 2013, o aumento da arrecadação com IPVA foi de 24,31%, ante 18,88% do ICMS e 20,42% na média geral.

**TABELA 3**  
Evolução da Receita Tributária do Estado de Rio Grande do Norte,  
entre 2000 e 2013 (em milhões R\$ de 2013)

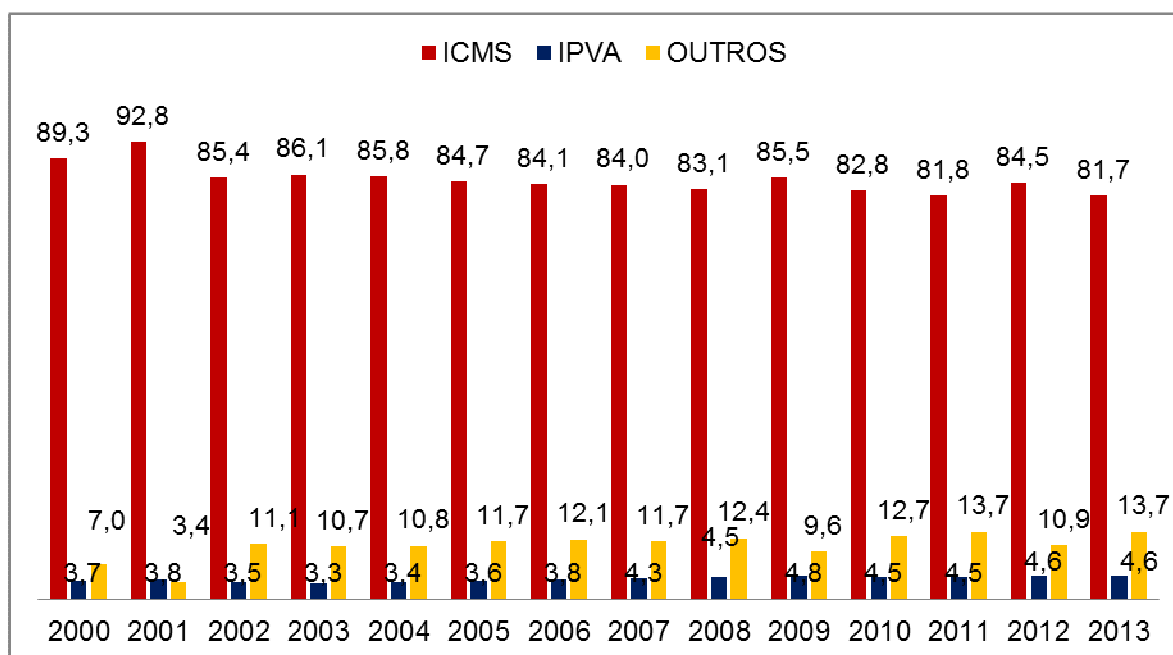
	Receita Tributária				
	ICMS	IPVA	ITCD	OUTROS	TOTAL
2000	1.793.944	74.680	2.239	139.092	2.009.956
2001	1.918.301	78.706	2.560	68.046	2.067.613
2002	1.901.113	77.768	2.390	244.252	2.225.523
2003	2.030.569	76.971	3.303	248.683	2.359.526
2004	2.218.159	88.889	2.749	276.818	2.586.614
2005	2.432.458	104.501	23.792	311.346	2.872.097
2006	2.791.858	127.288	4.071	397.804	3.321.021
2007	2.802.306	143.992	5.875	383.404	3.335.577
2008	2.976.078	161.710	7.180	435.996	3.580.964
2009	3.164.243	178.764	8.291	348.280	3.699.577
2010	3.392.880	182.713	10.793	511.215	4.097.601
2011	3.562.728	196.260	13.126	581.452	4.353.567
2012	3.908.628	215.147	14.477	489.586	4.627.838
2013	4.033.477	227.122	27.358	646.439	4.934.396

Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, Relatórios Resumidos de Execuções Orçamentárias de unidades federadas  
Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte  
\* Deflator: IPCA-IBGE

Do total da receita tributária obtida pelo Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2013, 81,7% tiveram origem na arrecadação de ICMS, 4,6% do IPVA e 13,7% de outros tributos. Em 2000, a participação do ICMS era de 89,3%, do IPVA, 3,7% e outros, 7%.

**GRÁFICO 5**

Participação dos Componentes da Receita Tributária do Estado do Rio Grande do Norte, entre 2000 e 2013 (%)



Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, Relatórios Resumidos de Execuções Orçamentárias de unidades federadas  
 Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte  
 \* Deflator: IPCA-IBGE

**TABELA 4**

Variação da Receita Tributária do Estado do Rio Grande do Norte em relação ao ano anterior, 2000 a 2013 (%)

ANO	Receita Tributária				TOTAL
	ICMS	IPVA	ITCD	OUTROS	
2000					
2001	6,9	5,4	14,3	-51,1	2,9
2002	-0,9	-1,2	-6,6	259,0	7,6
2003	6,8	-1,0	38,2	1,8	6,0
2004	9,2	15,5	-16,8	11,3	9,6
2005	9,7	17,6	765,6	12,5	11,0
2006	14,8	21,8	-82,9	27,8	15,6
2007	0,4	13,1	44,3	-3,6	0,4
2008	6,2	12,3	22,2	13,7	7,4
2009	6,3	10,5	15,5	-20,1	3,3
2010	7,2	2,2	30,2	46,8	10,8
2011	5,0	7,4	21,6	13,7	6,2
2012	9,7	9,6	10,3	-15,8	6,3
2013	3,2	5,6	89,0	32,0	6,6
<b>2013/2000</b>	<b>124,84</b>	<b>204,13</b>	<b>1.121,77</b>	<b>364,76</b>	<b>145,50</b>
<b>2013/2010</b>	<b>18,88</b>	<b>24,31</b>	<b>153,48</b>	<b>26,45</b>	<b>20,42</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, CONFAZ, Relatórios Resumidos de Execuções Orçamentárias de unidades federadas.  
 Elaboração: DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Norte  
 \* Deflator: IPCA-IBGE

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi visto, a arrecadação do ICMS no estado do Rio Grande do Norte cresceu no período analisado, mais de 124% em termos reais entre 2000 e 2013 – de R\$ 1,7 bi para mais de R\$ 4 bilhões de reais (sempre em valores de 2013). Esse resultado ocorreu devido a dois fatores principais que são: o aumento do dinamismo econômico no período recente e a melhora da eficiência arrecadatória.

Cabe destacar que o ICMS é um imposto sobre o fluxo de mercadorias e serviços, diretamente associado ao nível de atividade econômica e ao consumo interno, seja através da produção interna ou da importação de produtos.

Avalia-se que o ICMS deverá refletir mais diretamente as variações da atividade econômica nos próximos anos, que propriamente possíveis aumentos da fiscalização, sendo um indicador importante a ser acompanhado para a análise da economia norte-riograndense.

**DIEESE – ESCRITÓRIO REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Rua João Pessoa, 265 – Ed. Mendes Carlos, Centro – 2º andar – Natal - RN

e-mail: [errn@dieese.org.br](mailto:errn@dieese.org.br)

Tel: (84) 3211-2609

**Direção Executiva****Presidente: Zenaide Honório**

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Vice-presidente: Josinaldo José de Barros**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Secretário: Pedro Celso Rosa**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

**Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches**

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Antônio de Sousa**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: José Carlos Souza**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira**

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva**

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Tadeu Moraes de Sousa**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Direção técnica**

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coord. de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coord. de relações sindicais

Nelson Karam – coord. de educação

Francisco J.C. de Oliveira – coord. de pesquisas

Rosana de Freitas – coord. administrativa e financeira

**Supervisão do Escritório Regional Rio Grande do Norte**

Melquisedec Moreira

**Equipe técnica responsável**

Melquisedec Moreira

**Direção Executiva**

Ivan Netto Moreno – Presidente

Miriam Arado – Vice-Presidente

Maria Jordan Azevedo – Secretária Geral

José Roberto Costa dos Santos – 1º Tesoureiro

Igor Lucato Rodrigues – 2º Tesoureiro

Jorge Luís Breder – Diretor de Assuntos Intersindica